



RESUMO

A segunda metade do século 20 foi marcada pela revisão, crítica e superação do pensamento urbanístico pautado nos ideais do Movimento Moderno. As tentativas de revisão desse movimento foram suplantadas por experiências em que a questão urbana apoiava-se, necessariamente, no binômio cidade/ Arquitetura.

A partir da década de 1970, são materializadas experiências que configuram uma inflexão nos fundamentos dessa prática urbanística anterior. A IBA de Berlim, a Vila Olímpica de Barcelona, e a reconstrução de Berlim reunificada são exemplos, onde a cidade existente é enfrentada como objeto de estudo. Ditas experiências foram genericamente rotuladas como contextualistas, visto que equiparam-se, em parâmetros similares, à cidade existente, ainda que apresentem programas e problemáticas distintas e bastante particulares. A ideia de cidade como construção histórica, e de sua planimetria e imagem como pontos a serem resgatados são fatores que, em graus diferenciados, perpassam esses três episódios. Também a dura crítica à cidade do Urbanismo moderno é o argumento que está na raiz dessas formulações. Entretanto vemos que também essas experiências geraram diversas críticas, dando a entender que o problema da intervenção na cidade existente demandava, no final do século 20, a adição de novos fatores à limitada equação do pensamento urbano contextualista. Os conceitos estabelecidos por Ignasi de Solà-Morales, no Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA) de 1996, parecem ter sido algumas das pautas nas quais a complexidade da cidade contemporânea passou a ser trabalhada.

PALAVRAS-CHAVE

Ignasi de Solà-Morales, urbanismo contextualista, cidade contemporânea, teoria da Arquitetura, Berlim, Barcelona.

¹ Texto apresentado no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, EAU-UFF, Niterói, novembro de 2004.

LA CRISIS DEL URBANISMO CONTEXTUALISTA

RESUMEN

La segunda mitad del siglo 20 ha sido marcada por la revisión, crítica y superación del pensamiento urbano fundamentado en los ideales del Movimiento Moderno. Los intentos de revisión de este Movimiento han sido reemplazados por experiencias donde la cuestión urbana estuvo relacionada, necesariamente, con el binomio ciudad/arquitectura. A partir de la década de los 70 han sido materializadas experiencias que configuran una inflexión en los fundamentos de esta práctica urbanística anterior. La IBA de Berlín, la Villa Olímpica de Barcelona y la reconstrucción de Berlín reunificada son ejemplos en los que la ciudad existente es considerada como objeto de investigación. Dichas experiencias han sido genéricamente rotuladas como contextualistas, por actuar bajo parámetros similares con relación a la ciudad existente, no obstante sus programas y problemáticas distintas y singulares. La idea de ciudad como construcción histórica, de su planimetría e imagen como puntos a rescatar son cuestiones que, bajo diferentes grados, atraviesan estos tres episodios. Además la dura crítica a la ciudad del Urbanismo moderno es el argumento que está en la raíz de estas formulaciones. Sin embargo, dichas experiencias también han sido muy criticadas, donde se pudo concluir que el problema de la intervención en la ciudad existente reivindicaba, a finales del siglo 20, la agregación de nuevos factores a la limitada ecuación del pensamiento urbano contextualista. Los conceptos planteados por Ignasi de Solà-Morales en el Congreso de la Unión Internacional de Arquitectos (UIA) del 1996, parecen haber sido algunas de las pautas con las que se pasó a trabajar la complejidad de la ciudad contemporánea.

PALABRAS CLAVE

Ignasi de Solà-Morales, urbanismo contextualista, ciudad contemporánea, teoría de la Arquitectura, Berlín, Barcelona.

THE CRISIS OF URBAN CONTEXTUALISM

ABSTRACT

The second half of the 20th century was marked by the review, criticism, and bringing down of the ideals of Modernism. Any attempts to review Modernism were replaced by an urban experience that was strictly based on the city/architecture model.

In the 1970s, some experiences marked a shift from previous urban practice. The Berlin IBA, Barcelona's Olympic Village, and the reconstruction of reunified Berlin are examples of existing areas that become the main objects of study. Such experiments were generally deemed as *contextualist* studies, since they were based on similar approaches when dealing with the existing city, despite their particular demands and contexts. In the context of the city as a historical construction, importance was placed on its image and planimetry, aspects that are seen in different ways in the three cases listed above. Also, hard criticism toward the city of modern urbanism is based on the argument that lies at the root of these formulations.

However, we see that these experiences have generated some criticism, implying that the issue of intervention in the existing city in the late twentieth century demanded the addition of new factors to the limited equation of urban contextualist thought. The concepts established by Ignasi de Solà-Morales at the 1966 International Architects Union Congress seem to have laid the foundations on which the complexity of the contemporary city have been based.

KEY WORDS

Ignasi de Solà-Morales, contextualist urbanism, contemporary city, architectural theory, Berlin, Barcelona.

A CRISE DO URBANISMO CONTEXTUALISTA

Que a arquitetura é consubstancial à cidade está fora de dúvida. Que a cidade seja apenas uma arquitetura pode ser uma afirmação muito mais problemática.

Na situação contemporânea, a arquitetura continua estando na cidade. Forma parte dela e materializa uma parte dos espaços em que se desenvolve a vida urbana. No entanto, hoje mais que nunca, comprovamos que a cidade é muito mais coisas que seus edifícios e suas arquiteturas.²

A ideia de contextualismo se sustenta a partir da existência ineludível de seu reverso mais imediato, o universalismo. O contextual, entendido como a busca do autêntico e do original, tem suas bases no passado – memória, história e tradição, e no presente – lugar, cultura e ambiente, colocando-se em oposição ao universal, uma condição caracterizada pela ausência de limites, particularidades ou identidades locais.

Em Arquitetura e nos estudos sobre a cidade, tal dicotomia encontrou um amplo terreno fértil. A revisão do Movimento Moderno, iniciada nos últimos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (Ciam's), configurou uma primeira tentativa de reformulação de determinados ideais urbanos - entre eles, a questão do universalismo de suas propostas -, a partir de uma abordagem ainda pautada na tradição desse Movimento. A ideia de imprimir, ao pensamento urbano, noções de identidade aliadas a uma mudança de escala no tratamento dos problemas do habitar, trouxe transformações no interior de um pensamento que se mantinha operando sob a lógica produtiva da inovação e do progresso.

Uma mudança mais substancial começa a ser delineada nesse panorama, quando o componente da história é incorporado ao discurso urbano. Inicialmente introduzido por Ernesto Nathan Rogers, em sua conceituação sobre as “preexistências ambientais”, e posteriormente, no discurso de Christian Norberg-Schulz, em suas considerações sobre o “*genius loci*”, o contexto existente passa a constituir um dos fatores inegociáveis, dentro de um novo pensamento sobre as cidades. Nessa equação, a Arquitetura, como elemento urbano por excelência, é o meio com o qual a cidade poderia ser trabalhada desde seu viés histórico e cultural, oferecendo novas respostas, frente à declarada crise do Urbanismo moderno.

Em um texto elucidativo, Anthony Vidler (1976) pontua esse momento de inflexão. A associação inequívoca da Arquitetura com a cidade constitui um aporte que abre margem a um sem-número de interpretações, em que o contexto urbano, sua arquitetura, história e memória são elementos oriundos de uma tradição particular, própria e autônoma. Dissociados de seu tempo histórico e de suas ideologias originárias, as formas da arquitetura e as distintas morfologias urbanas constituem, a partir de então, um vasto material passível de ser aderido à realidade existente. Seja dentro de uma abordagem neorracionalista, de caráter

² SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades*. Catálogo do XIX Congresso da UIA, Barcelona, 1996, p. 10.

mais abstrato, ou de interpretações que priorizam valores comunicativos mais literais e imediatos, história, cidade e Arquitetura retomam sua parceria, fundada no Renascimento e consolidada no pensamento da Ilustração.

Na escala urbana, importantes experiências foram desenvolvidas sob uma ótica contextualista. A IBA de Berlim, a Vila Olímpica de Barcelona e as intervenções na Potsdamer Platz e Friedrichstrasse, em Berlim, feitas após a reunificação, são exemplos que materializaram grande parte das teorias surgidas a partir da crítica ao Urbanismo moderno. Ao longo das décadas de 80 e 90, o tecido histórico dessas cidades transformou-se na estrutura de fundo para as mais diversas experimentações, que privilegiavam, em diferentes graus e a partir de distintas interpretações, os valores da história, da memória e da tradição formal da Arquitetura³.

No debate que permeou essas realizações, algumas inflexões puderam ser verificadas, em relação ao pensamento que subjazia às intervenções promovidas sob a égide do Movimento Moderno. Em primeiro lugar, a ideia de projeto urbano, derivado da junção entre a obra de arquitetura e o estudo da cidade. Não só o objeto de trabalho é deslocado para o interior da arquitetura e da cidade existente, como a própria escala de atuação é modificada. Em segundo lugar, a mudança na relação entre cidade existente e objeto arquitetônico. A cidade passa a ser vista como um laboratório de experimentação morfológica, caracterizada pela fragmentação e particularização no tratamento dos temas urbanos. Em terceiro lugar, a questão do espaço público. É verificada a transformação de sua condição anterior como espaço residual – não projetado –, para uma situação em que a dimensão pública dos espaços da cidade passa a ser priorizada, em detrimento do valor do objeto arquitetônico como fato isolado. Como derivações deste ponto, é dada ênfase ao conceito de lugar, para diferenciar da noção de espaço – abstrato, inabarcável, amorfo –, da cidade do Urbanismo moderno. Por último, destaca-se a questão figurativa. A utilização, em maior ou menor grau, de algum recurso figurativo constitui outro ponto de mudança patente, em relação às práticas do Movimento Moderno. Verifica-se a reutilização de códigos pertencentes ao repertório disciplinar e autônomo da Arquitetura, patenteando uma crítica ao conceito de inovação e à noção de “forma pura”⁴.

A crítica e a crise

“Crise” – dizia Thomas Kuhn (1962) – “é a consciência comum de que algo saiu errado”, um processo de incerteza profissional. Porém, advertia o autor, é através dessa mesma crise que se desencadeia a busca de distintos procedimentos para a abordagem do antigo problema, culminando no surgimento de novas teorias. A suspeita de uma *crise* do Urbanismo contextualista adquire maior força, quando discorremos sobre as contradições que se instauraram no abismo situado entre alguns aspectos de sua teoria e de sua prática. Também a incursão pelas novas teorias e parâmetros, que a crítica arquitetônica detecta no âmbito da intervenção na cidade contemporânea, parece ser, desde um enfoque disciplinar, a única atitude de *resistência* oferecida.⁵

As fórmulas derivadas do contextualismo proporcionaram múltiplas vias de saída para o problema da intervenção urbana, desde uma lógica externa ao Urbanismo moderno. Inicialmente aplicados no âmbito das cidades históricas

³ Sobre o termo “urbanismo contextualista”, ver MONTANER, Josep Maria. *Después Del Movimiento Moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

⁴ Sobre a IBA de Berlim, ver BRONSTEIN, Laís. *Fragments de uma crítica. Revisando a IBA de Berlim*. 2002. Tese (Doutorado) - Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona, 2002.

⁵ A ideia de *resistência*, derivada do pensamento de Ignasi de Solà-Morales, será vista em maior detalhe, ao longo deste texto.

europeias, o pensamento e os procedimentos operativos que balizavam o chamado Urbanismo contextualista tiveram rápida penetração em distintas realidades – como foi o caso do “Rio-Cidade”, intervenção realizada em alguns bairros do Rio de Janeiro, na década de 1990. Parte dessas realizações pecou pela importação acrítica, e muitas vezes literal, de soluções formuladas a partir de diferentes solicitações. Muitos dos equívocos cometidos em favor de uma intervenção “contextualista” foram efetuados, paradoxalmente, a partir de um pensamento absolutamente “descontextualizado”.

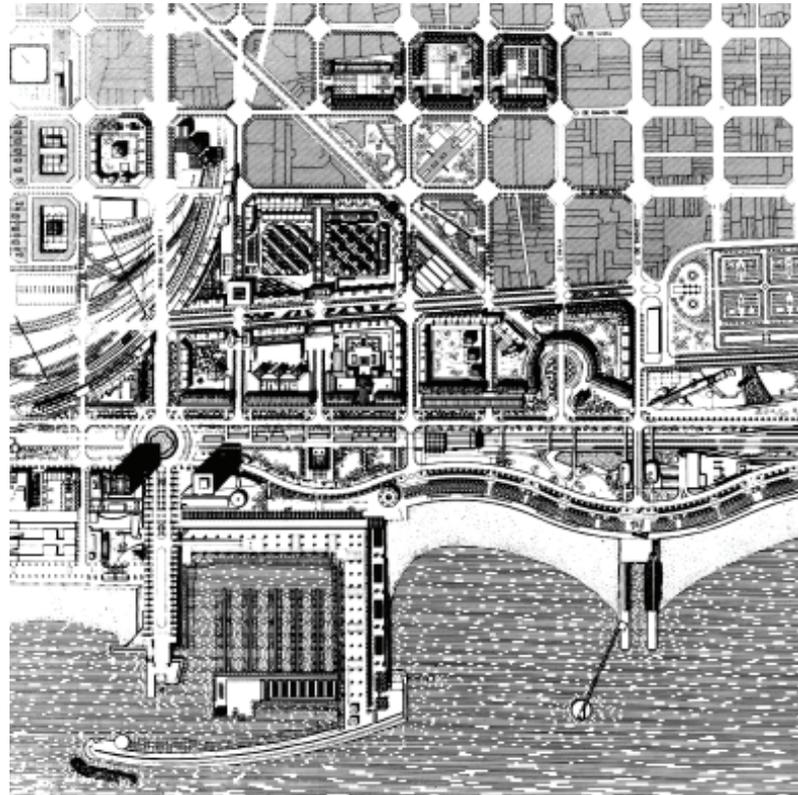
Somado a este fato, havia uma percepção crescente de que a arquitetura não configurava o único sistema que compõe o ambiente construído da cidade. Se, na cidade histórica, a arquitetura era o cenário onde cultura e vida pública tomavam forma, em finais do século 20, tal afirmação se tornou facilmente refutável. Como bem detectou Ignasi de Solà-Morales, a existência de uma geografia, de uma antropologia e de uma economia urbana confere total credibilidade à hipótese de que o *urbano* constitui uma categoria cultural específica (SOLÀ-MORALES, 2001a). Neste sentido, a cidade historicamente definida, e as intervenções pautadas dentro de uma ótica contextualista, no âmbito exclusivo da disciplina arquitetônica, parecem ser insuficientes para responder à complexidade da cidade contemporânea.

Dois episódios paradigmáticos - a Vila Olímpica de Barcelona e as intervenções em Potsdamer Platz e Friedrichstrasse de Berlim - foram alvo de críticas, cujos argumentos coincidiam em apontar a extrema rigidez com que a “fórmula contextualista” havia sido aplicada. O primeiro campo experimental das teorias sobre a Arquitetura e cidade, formuladas a partir da década de 60, foi a IBA de Berlim, que instituiu o termo “reconstrução crítica”, para designar a ótica com a qual a cidade existente havia sido enfrentada. Muitas das questões trabalhadas, nos episódios de Barcelona e de Berlim reunificada, foram importadas do episódio da IBA, sem, contudo, haverem sido suficientemente relativizadas. Neste particular, percebeu-se que a história, componente primeira desta nova equação urbana e destacada bandeira de luta contra o Urbanismo moderno, havia se convertido em uma camisa de força, que oferecia interpretações estáticas de uma realidade em contínua transformação. Em nome de um discurso de “permanência”, deixaram de ser contemplados importantes aspectos, inerentes à dinâmica que permeia a cidade contemporânea e seus novos modos de pensar e produzir os espaços.

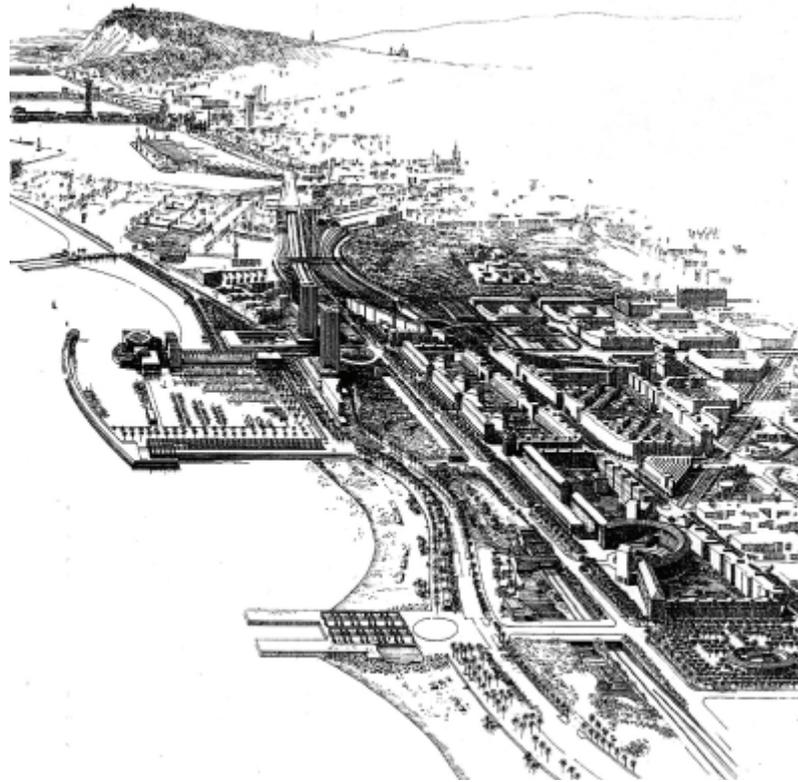
Barcelona

No caso de Barcelona, a maior parte das críticas reside na intervenção da Vila Olímpica de Nova Icaria, um novo bairro, construído para abrigar os atletas dos Jogos Olímpicos de 1992. O projeto desta área da cidade começou a ser detalhado a partir de 1986, ano em que a cidade foi nomeada para sediar os Jogos, diferindo, não só em escala, como também no ritmo em que vinham sendo conduzidas as cautelosas intervenções anteriores, efetuadas nos espaços públicos da cidade (Cfr. BOHIGAS, 1992)⁶. A Vila Olímpica de Nova Icaria envolveu projetos de grande envergadura, uma vez que esta deveria prever os alojamentos para os atletas (que posteriormente seriam convertidos em habitação para a população de classe média) e, sobretudo, trazer Barcelona “de volta ao mar”,

⁶ Sobre as intervenções promovidas em Barcelona e sobre o processo denominado “urbanismo metastático”, ver BOHIGAS, Oriol. Una nueva Barcelona. Reflexiones sobre los últimos diez años. *A&V Monografías*, n. 37, p. 6-11, 1992.



Figuras 1 e 2
Planta e perspectiva
aérea da área de
Poblenou, que inclui o
Porto Deportivo e a Vila
Olimpica.
Fonte: *A&V Monografias*,
n.37, 1992, pp.8 e 9.



recuperando a frente marítima desta antiga zona da cidade, ocupada, até então, por instalações portuárias e industriais desativadas, pela linha férrea e pelo anel viário.

A equipe de arquitetos Martorell, Bohigas, Mackay e Puigdomènech (MBM) adotou a geometria do plano Cerdà como base para a intervenção nesta área, traçando um plano diretor onde diferentes arranjos morfológicos pudessem fornecer variadas interpretações para o plano oitocentista original. Também foram previstas a construção de um amplo passeio marítimo e a recuperação total da orla. A *ronda litoral* (parte do anel viário) e alguns ramais ferroviários existentes foram parcialmente enterrados neste trecho, em que se utilizaram variados recursos, como parques, fontes e amplas passarelas, para atenuar o intenso fluxo de tráfego subterrâneo. O uso estabelecido para as quadras projetadas foi prioritariamente residencial, localizando as atividades de comércio e serviços nos pavimentos térreos, e os escritórios, nos “edifícios-ponte”, situados nos cruzamentos das principais vias internas. Também foi projetado um centro comercial para o bairro, dotado de lojas, supermercado e cinemas. A área da orla foi direcionada para o incremento turístico, e aí foram construídos um edifício de escritórios, um hotel, um centro comercial e diversos locais para restaurantes, bares e casas noturnas. Enquanto que a área residencial foi projetada pelos mais destacados arquitetos catalães, a orla contou com projetos de renomados estrangeiros, como Álvaro Siza, Frank Gehry e o escritório SOM, fato que contribuiu para um irreversível “marketing urbano” da cidade. (Figuras 1 e 2)

As críticas mais contundentes ao projeto da Nova Icaria residem, curiosamente, no tratamento outorgado ao patrimônio arquitetônico e urbano da área, em última análise, à sua história. A eliminação de grande parte da arquitetura industrial desse antigo bairro, estabelecendo quase uma *tábula rasa*, contrasta com a preservação de exemplares cujo excessivo gasto não se fazia plenamente justificável, como foi o caso do Estádio Olímpico, remodelado por Vittorio Gregotti, no setor olímpico de Montjuic. Sobre este problema, Josep Maria Montaner comenta:

Quais seriam os critérios adotados para conservar uns edifícios e derrubar outros? Em primeiro lugar, predominam anacrônicos fatores de valorização simbólica: se entende que um estádio forma parte da memória coletiva, entretanto este papel não se outorga à arquitetura e ao patrimônio industrial. Outra razão manifesta é que desaparece tudo aquilo que, não sendo uma arquitetura monumental de primeira ordem, cai em uma zona de radical transformação.

A operação da Villa Olímpica, ademais de manifestar um total desinteresse pela arqueologia industrial, ocasionou que a nova morfologia se ressentisse da falta de diretrizes urbanas⁷.

A Vila Olímpica, assentada em parte do antigo bairro de Poblenou, se caracterizou, após os Jogos, mais como um polo de atração turística e de lazer, em sua porção da orla, do que propriamente como uma zona residencial consolidada e dinâmica. A vitalidade característica do Eixample idealizado por Cerdà não se fez presente em Nova Icaria, ainda que esta tivesse sido projetada a partir do traçado histórico que caracteriza a cidade de Barcelona. A este respeito, algumas considerações podem ser acrescidas ao agudo diagnóstico dado por Montaner.

⁷ MONTANER, Josep Maria. El Modelo Barcelona. *Geometria*, n. 10, p. 16-18, 1990.

Entre elas, cabe destacar a excessiva valorização dos imóveis residenciais dessa área, transformando-a em um bairro de luxo, quando sua proposta inicial era a de abrigar população de renda média. Tal fato retardou seu processo de ocupação, tanto no nível habitacional como comercial, restando, ainda nos dias atuais, um grande número de instalações comerciais desocupadas.

Sobre este ponto, vale destacar que, apesar da conversão da cidade de Barcelona em um grande cenário de consumo, com sua crescente terceirização e escalada como centro de atração turística, sempre existiu um forte apelo, no nível municipal, para que os bairros se constituíssem como unidades autossuficientes. Isto significa a manutenção de um importante apoio ao comércio e serviços locais, constituídos, em sua grande maioria, por negócios de família e pequenos comércios, fato que garante a dinâmica característica dos bairros tradicionais da cidade. No caso da Vila Olímpica, este fenômeno não ocorreu, o que se deveu, em grande parte, à forte especulação imobiliária, que inviabilizou a instalação dessa classe de comércio na área. Desta forma, o projeto de costura urbana morfológica feita com os bairros circundantes não foi suficiente para que se gerasse uma “metástase positiva” – para usar um termo do próprio Oriol Bohigas (1992) –, da vitalidade que a equação *habitação, comércio, serviços e lazer* proporciona ao resto da cidade. Neste sentido, também é possível perceber que, gradualmente, o poder público foi destinando mais parcelas privilegiadas da cidade para inversores privados de grande porte.

Berlim

Se a IBA atuou em um âmbito prioritariamente doméstico, a reconstrução da década de 90 é desencadeada a partir de uma situação política e institucional singular, radicalmente distinta daquela enfrentada por Josef Paul Kleihues, coordenador da exposição, tanto em caráter como na própria escala e metas estabelecidas. Tratava-se, agora, de converter novamente a cidade na capital do país reunificado, dotando-a de equipamentos e instalações condizentes com uma importante metrópole europeia, por meio de um processo bastante delicado, que mostrou-se não pouco turbulento, tanto em seu aspecto político e social, como no arquitetônico.

A localização da capital novamente em Berlim reflete uma estratégia política, com o objetivo de promover sua revitalização econômica. Com o setor industrial totalmente em crise, em ambos os lados, oriental e ocidental, a instalação da capital seria um meio seguro de atrair recursos privados, estimulando a criação de milhares de novos empregos. Não é de surpreender que a figura do investidor privado, que na época da IBA caminhava lado a lado com subsídios públicos, tenha se convertido no personagem principal, e que uma das maiores críticas aos projetos aprovados resida justamente neste fato. Como ressaltou Dieter Hoffmann-Axthelm “a Arquitetura está do lado dos promotores, do lado daqueles que estão destruindo a cidade.” (HOFFMANN-AXTHELM, 1994, p. 9). A arquitetura configurou, em muitos casos, um valioso recurso de marketing, para a instalação das maiores empresas privadas em Berlim.

O urbanista Hans Stimmann, diretor de Obras Públicas do Senado de Berlim, foi o responsável municipal pelas construções e regras concernentes à política edificatória. Efetivamente, sua atuação compreendeu questões relacionadas com a

⁸ As regras para a complementação de Friedrichstrasse previam a adoção de um gabarito de 30 metros, altura de 22 metros de cornija, compreendendo dois pavimentos subterrâneos para estacionamento, o primeiro e segundo para lojas e comércio, os quatro seguintes para escritórios, e os dois últimos, mais afastados do alinhamento da calçada, deveriam ter uso habitacional. Todos os edifícios deveriam estar revestidos por pedra calcária, com o intuito de assemelhar-se às fachadas dos prédios anteriores à guerra situados nessa zona. Sobre o tema, ver STIMMANN, Hans. *Urban design and architecture after the wall*. In: BALFOUR, Alan. *Berlin. World Cities*. Londres: Academy Editions, p. 48-53, 1995.

⁹ Segundo Daniel Libeskind, o próprio Philip Johnson apresentou, em Berlim, desculpas por seu projeto para o centro de negócios de Checkpoint Charlie, visto que nenhuma outra cidade poderia tê-lo obrigado a realizar uma obra tão “mediocre e sem graça”. Sobre o tema, ver LIBESKIND, Daniel. *Deconstructing the Call to Order*. In: BALFOUR, Alan. *Berlin. World Cities*. Londres: Academy Editions, p. 34-37, 1995.

estética dos edifícios e a intermediação entre interesses públicos e privados. Com Stimmann, resgata-se o termo “reconstrução crítica”, utilizado por Kleihues, por ocasião da IBA, para direcionar as novas construções na cidade. O caso da reformulação da Friedrichstrasse - um dos principais eixos norte-sul de Berlim antes da guerra, cortada ao meio pelo Muro - é o exemplo mais contundente desta ideia. Por meio de regras bastante restritivas, Stimmann adota o aspecto formal mais extremo da reconstrução de Kleihues, com a adoção indiscriminada da rua-corredor e dos quarteirões perimetrais, deixando de lado o componente experimental, antes incentivado.⁸ Friedrichstrasse apresenta uma “pasteurização” de soluções, apenas distintas entre si pelo traço diferenciado de cada arquiteto, porém dentro de uma monotonia volumétrica e espacial, decorrentes do excesso de limitações projetuais. O que antes foi uma opção morfológica para inserção da obra de arquitetura, com Stimmann converteu-se em uma regra generalizada, reproduzida acriticamente.⁹ (Figura 3)

A controversa política edilícia de Stimmann tornou-se alvo do debate arquitetônico do momento, tendo no arquiteto Vittorio Magnago Lampugnani um de seus maiores defensores. Para Lampugnani (1994), a promoção de uma “nova simplicidade” e de uma “chamada à ordem” seriam atitudes capazes de remeter a Arquitetura a seus requerimentos básicos e a uma estética do essencial, onde a almejada uniformidade cumpriria o necessário papel de reduzir o “caos” reinante no mundo. Por outro lado, situam-se os chamados arquitetos deconstrutivistas, que detectam nesse posicionamento resquícios reacionários e autoritários, destinados a reprimir qualquer liberdade de projeto e



Figura 3
Perspectiva da Friedrichstrasse, com destaque para o bloco projetado por Oswald Mathias Ungers.
Fonte: BALFOUR, Alan. *Berlin World Cities*. Londres: Academy Editions, 1995, p.252.

¹⁰ KOOLHAAS, Rem. Berlin: the Massacre of Ideas - An open letter to the jury of Potsdamer Platz. Carta publicada no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em 16/10/1991 e reproduzida em: VVAA. *Politics-Poetics Documenta X - The Book*. Kassel: Cantz, 1997. Catálogo da Exposição, p. 695.

gostos particulares. Ao invocar a imagem da “cidade de pedra” do século 19, Berlim estaria retrocedendo, em relação ao destacado papel vanguardista que sempre desempenhou, no cenário arquitetônico internacional. Tal procedimento poderia ser verificado no caso da Friedrichstrasse e de Potsdamer Platz, áreas que foram objeto de concursos fechados, promovidos por investidores privados.

O caso de Potsdamer Platz também foi alvo de intensas discussões. O primeiro concurso para a definição do plano diretor da área, vencido pela equipe Hilmer & Sattler, de Munique, gerou uma série de polêmicas, fomentadas principalmente pelo arquiteto Rem Koolhaas, que foi vetado, pelo Departamento de Construções, de participar do júri dos demais concursos. O ataque de Koolhaas ao resultado homologado nesse concurso foi contra a política de reestruturação privilegiada na cidade, por meio da influente atuação de Hans Stimmann, que o arquiteto caracterizou de “ingênua e limitada”. Ao desclassificar projetos de extremo potencial urbano, como os de Hans Kollhoff e Daniel Libeskind, em favor de projeto mais “típico e normal”, Stimmann demonstrou sua incapacidade, segundo Koolhaas, de dotar a cidade de uma arquitetura condizente com o importante momento em questão.

Berlim converteu-se na capital no exato momento que política, artística e ideologicamente está menos apta para assumir esta responsabilidade. [...] Reflete a ideia de uma cidade suburbana, antiquada, reacionária, não-realista, banal, provinciana e, acima de tudo, amadora: um terrível desperdício de um potente empreendimento único na Europa do século XX. O que deveria ser o auge está se tornado um anticlímax.¹⁰



Figura 4
Vista aérea do projeto para a Potsdamer Platz, com os edifícios de escritórios de Renzo Piano (esquerda) e de Hans Kollhoff (direita) em primeiro plano.
Fonte: VVAA. *Infobox - The Catalogue*. Berlim: NiSHEN, 1996, p.125.

Tal afirmação baseia-se na visão de cidade defendida por Stimmann, no resultado desse concurso. A polêmica desencadeada por Koolhaas teve grande repercussão na crítica, gerando um intenso debate nos meios de comunicação de massa. (Figura 4)

O processo de reestruturação urbana de Berlim foi conduzido por meio de dois mecanismos distintos de concursos, que, por sua vez, abriram espaço para polêmicas específicas. Os concursos promovidos pelos investidores privados, para a instalação da sede de suas empresas e demais empreendimentos de caráter particular (hotéis, cinemas, torres de escritórios), e que estavam, em alguns casos, acompanhados por representantes da administração pública (como foi o caso de Potsdamer Platz), caracterizaram-se pelo extremo empenho em obter o máximo de retorno pelas áreas, compradas a preços excessivamente altos. Desta forma, ainda que buscando respeitar os planos aprovados em concursos, projetos inteiros eram refeitos, em vista de um retorno financeiro imediato, não obstante o prestígio do escritório de Arquitetura envolvido.

Os concursos estatais, por sua vez, destinados aos projetos das áreas que iriam abrigar a máquina do governo federal, foram objeto de polêmica de caráter distinto. Para alguns, como no caso de Spreebogen (área dos novos ministérios) e Spreeinsel (reformulação do antigo centro cívico da cidade, situado do lado oriental, para abrigar edifícios institucionais da nova capital), foram convocados grandes concursos internacionais abertos, tendo o primeiro recebido mais de 800 propostas de distintos países. Nestes, o que se tornava mais patente era a rivalidade Berlim-Bonn, que envolvia discussões sempre polarizadas, quanto às áreas da cidade a serem ocupadas pelo governo, até a convocação de um novo concurso, como foi o caso de Spreebogen, desta segunda vez, restrito aos quatro primeiros colocados, em que o eixo da discussão centrava-se em qual imagem deveria ser privilegiada para o governo, em sua nova capital. Outro ponto, sempre presente nas discussões Berlim-Bonn, era a viabilidade de reutilização de instalações que abrigaram o governo nazista e o da antiga RDA, para suas futuras instalações, ou a opção pela demolição de alguns destes. Tais decisões eram sempre acompanhadas de manifestações populares, nas quais criticava-se a opção por demolir mais edifícios da antiga RDA, e a manutenção de outros de igual ou menor peso cultural do lado ocidental, tornando-se ainda mais patente a absorção do lado leste pelo ocidente, e a fragilidade dos argumentos calcados no valor do patrimônio histórico-arquitetônico.

Em todo o debate, o que se tornou mais patente foi a confirmação de que Berlim foi e continuou sendo, após a reunificação, uma cidade de distintas realidades, cuja fragmentação e pluralidade estava longe de gerar uma convergência cultural, política ou arquitetônica. Tal afirmação era compartilhada por grande parte dos profissionais envolvidos nas polêmicas suscitadas após a queda do Muro. A tentativa de buscar uma solução em Arquitetura que traduzisse qualquer unidade, mostrava-se insuficiente para abarcar a complexidade que singularizava essa cidade, em suas mais variadas solicitações. O diagnóstico dado por Axel Schultes - arquiteto vencedor do concurso para o Spreebogen – era preciso, a respeito dessa situação:

Com medo do futuro, Berlim está buscando suas origens na história. Está à procura de um certo tipo de identidade contínua que nunca teve. Com o

*objetivo de promover uma continuidade, está tendo que inventar uma história, inventar o Berlinish.*¹¹

Segundo o autor, Berlim desperdiçou seu futuro em reconstruções e discussões que apenas retratam rivalidades estilísticas. Seu argumento principal residia na inabilidade que Berlim apresentou em encarar seus espaços, centrando os discursos apenas sobre a superfície da cidade, e não sobre sua substância.

O pensamento de Ignasi de Solà-Morales

A existência de uma *crise* no interior do chamado Urbanismo contextualista torna-se evidente, quando as críticas às suas práticas mais estabelecidas configuram um panorama difícil de ser ignorado. Contudo dita crise difere daquela detectada no Urbanismo do Movimento Moderno, que almejava soluções universais e logísticas para o problema da habitação, do trabalho, lazer e circulação viária. Por se tratarem de pretensões universais, os pontos de crise desse pensamento tornam-se facilmente identificáveis. O contextualismo, ao não oferecer um corpo doutrinário único, nem tampouco constituir um “movimento”, apresenta-se bastante escorregadio a um diagnóstico mais preciso. Neste caso, mais do que frente a uma crise, encontramos-nos, nesse primeiro momento, diante de múltiplas *fissuras*, situadas em seus discursos e realizações materiais. Tais *fissuras* revelam contradições, não apenas no abismo entre teoria e prática, como também na própria sustentação da ideia de um *contextual*, em contraposição a seu reverso – o *universal*. Neste estudo, ditas *fissuras* serão tratadas a partir do pensamento de Ignasi de Solà-Morales.

Arquiteto catalão com formação também em filosofia, Ignasi de Solà-Morales (1942-2001) oferece, em seus textos, instigantes diagnósticos, aproximações e pautas sobre a problemática que emana da cidade contemporânea. Nestes, o autor traça relações advindas de diferentes esferas do saber, filtrando-as pela lente da Arquitetura, no intuito de estabelecer um campo crítico, desde o qual situar, ainda que provisoriamente, os múltiplos olhares sobre a questão urbana face ao século 21. Alinhado com a filosofia pós-estruturalista francesa, Ignasi de Solà-Morales congregou, em seu vasto e destacado currículo como crítico e teórico da Arquitetura, a idealização e direção da coleção *Arquitectura y Crítica*, da editora Gustavo Gili, tendo sido também um dos principais organizadores dos congressos anuais do grupo *ANY*, ao longo da década de 90. Na Gustavo Gili, Solà-Morales foi o responsável pelas primeiras traduções ao espanhol dos textos mais paradigmáticos da crítica ao Movimento Moderno, e pela consequente difusão dessas teorias. Nos congressos da *Anyone Corporation*, foi um de seus organizadores e também ativo conferencista junto a destacados pensadores do urbano, desde uma ótica multidisciplinar. Da crítica ao Movimento Moderno à crítica desta mesma crítica, Solà-Morales é figura essencial, em suas promoções, análises, sínteses, diagnósticos e prescrições.

“Presente e futuros. A Arquitetura nas cidades” foi o tema do XIX Congresso da União Internacional de Arquitetos UIA de 1996, realizado em Barcelona, sob a coordenação de Ignasi de Solà-Morales. Neste, compartilhou-se a ideia de que a arquitetura do urbano deveria ser aproximada segundo distintas categorias, diferentes daquelas cristalizadas nas teorias surgidas a partir da crítica ao

¹¹ SCHULTES, Axel. Berlin- The Belated Capital. In: BALFOUR, Alan. *Berlin. World Cities*. Londres: Academy Editions, 1995, p. 40.

Urbanismo moderno. O revivalismo de modelos do passado, o resgate tipológico dos neorracionalistas e toda uma transposição de mecanismos da linguística para o pensamento arquitetônico eram pautas que já não se sustentavam, frente à evidência do fenômeno metropolitano.

Por trás da pretensão abusiva de que a Arquitetura era o instrumento com o qual fabricar e controlar a totalidade do ambiente se escondia a necessidade de referir-se a modelos urbanos do passado e a incapacidade de, literalmente, imaginar, ter uma imagem global do que realmente está ocorrendo a nosso redor.¹²

No Congresso, foram estabelecidos alguns conceitos, desde os quais a Arquitetura pudesse delinear sua própria capacidade e escala de intervenção nas metrópoles contemporâneas. Alguns destes já haviam sido elaborados em textos anteriores de Solà-Morales, onde se faziam presentes considerações sobre o lugar da Arquitetura, e da própria crítica arquitetônica, em tempos de cidades globais e culturas midiáticas. Nesses textos, são questionados os parâmetros com os quais a Arquitetura vinha enfrentando as solicitações urbanas do momento, entre eles, aqueles pautados no pensamento urbano contextualista. A abordagem dos conceitos de *resistência*, *mutações* e *terrain vague* é particularmente esclarecedora, para nos situarmos frente a esse debate.

¹² SOLÀ-MORALES, Ignasi.. *Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades*. Catálogo do XIX Congresso da UIA, Barcelona, 1996, p. 11.

Resistência

A noção de *resistência*, consagrada por Kenneth Frampton, em defesa do “regionalismo crítico”, é delineada por Solà-Morales (1995a), sob um enfoque particular, iluminando parte da crítica que hoje é direcionada à ideia de contextualismo urbano.

Na visão de Frampton (1994), fazia-se necessária uma resistência desde o interior da própria Arquitetura moderna, para reverter sua tendência universalista de isentar a obra de arquitetura de qualquer identidade particular. O regionalismo seria o ingrediente para ancorar determinadas arquiteturas a seu meio específico. Por meio de uma “cumplicidade” com o regional, a Arquitetura moderna poderia denotar – nos materiais, métodos construtivos, inserção paisagística e tectônica - determinadas relações que a livrariam da ideia do universal, permitindo-lhe desenvolver uma continuidade crítica com a realidade em que estava inserida, a partir de mecanismos internos. Para Solà-Morales, a ideia de *resistência* esboçada por Frampton segue válida apenas como atitude crítica e como argumento para a busca de novas abordagens na Arquitetura contemporânea. Entretanto, para o autor, a defesa de um “regionalismo” mostra-se bem mais problemática, já que constitui uma “recuperação ingenuamente fenomenológica”, muito distante de qualquer crise da metrópole contemporânea (SOLÀ-MORALES, 1995a).

A seu ver, não só o regionalismo, como também o contextualismo estava dotado de uma falsa “aura” redentora, supostamente capaz de relacionar, sem traumas, a arquitetura com o contexto cultural e urbano. Semelhante desmistificação é feita do conceito de *monumento*, estabelecido por Aldo Rossi, em *A arquitetura da cidade*. A seu ver, o *monumento* rossiano traduz uma “concepção monística da realidade e uma definição imobilista da cidade”, incapaz de enfrentar, de modo realista, a condição urbana que se apresenta. (SOLÀ-MORALES, 1995a, p. 81)

¹³ SOLÀ-MORALES, Ignasi. Colonization, Violence, Resistance. In: DAVIDSON, Cynthia (ed.). *Anyway*, Cambridge: MIT Press, 1994, p.120.

A virtude de uma atitude de *resistência*, para Solà-Morales, não reside na continuidade proposta, no apelo ao regional ou ao contextual. Tampouco localiza-se no eterno congelamento do *monumento*, como expressão do poder. No âmbito da Arquitetura, uma atitude de *resistência* deve driblar os excessos formalistas, assim como o silêncio de fuga das interpretações minimalistas. Uma Arquitetura de *resistência* deve situar-se no meio das possibilidades da disciplina, escapando, subvertendo e desafiando, ainda que momentaneamente, os poderes e as lógicas de representação estabelecidas.

Se tomamos as intervenções de Barcelona e Berlim, antes citadas, vemos que muitas das críticas aos procedimentos adotados relacionam-se com as considerações aqui expostas.

A incorporação da história, em ambos os casos, refletiu-se na utilização do traçado urbano oitocentista como ponto de partida. A relação com o existente foi pensada a partir da bidimensionalidade do plano, tendo sido mais aberta à experimentação morfológica e tipológica no projeto catalão. No caso berlinês, o viés experimental se limitou, praticamente, ao tratamento epidérmico das fachadas. Em Barcelona, edificações, marcos industriais e portuários foram varridos do solo. Em Potsdamer Platz, os singulares espaços remanescentes da Segunda Guerra e da Guerra Fria só restaram intactos nas sugestivas imagens e narrações visuais de Wim Wenders.

A alusão à história mostrou-se aleatória em ambas as cidades. A *tábula rasa* aplicada na Vila Olímpica, assim como a ocupação maciça de Postdamer Platz e da Friedrichstrasse configuram posturas alheias ao contexto, aproximando-se mais a uma atitude autista e autorreferente, do que propriamente contextual. A história do passado mais recente desses lugares não foi considerada em nenhum dos projetos. Recaem, praticamente, em “modelos universais”. A violência e a aleatoriedade parecem fazer parte dos processos de reconstrução urbana.

Construir é violentar. [...] Uma cortina de fumaça encobre a natureza genuinamente destrutiva e violenta da Arquitetura, e as mudanças radicais que cada ato de construção impõe ao ambiente. Seria muito melhor aceitar, explicitamente, e de uma vez por todas, esta dimensão traumática da Arquitetura, do que tentar, a toda vez, justificar a violência da Arquitetura em nome de uma ingênua e fictícia harmonia.¹³

Também neste sentido, os critérios com que foram escolhidos os *monumentos* preservados estiveram relacionados a uma história seletiva, a ser contada sem maiores sobressaltos, tanto do ponto de vista econômico, como político. Foram preservadas aquelas obras de Arquitetura que gozavam um status já estabelecido como *monumento*, e destruídos os espaços e construções que não desfrutavam desse reconhecimento fácil e imediato. Igual análise pode ser feita em relação à ideia de *lugar*, que em ambas as cidades envolveram procedimentos contraditórios. O *lugar* destas intervenções esteve sempre atado à existência dos chamados *elementos primários* e *monumentos* de Aldo Rossi, quando, na realidade, estes configuravam representações da ordem e do poder. O *lugar*, também entendido como história da ausência, não foi contemplado na Vila Olímpica de Barcelona nem na Postdamer Platz de Berlim.

Em ambos os casos, o problema detectado no componente histórico está relacionado com a *submissão* aos poderes estabelecidos. Em Berlim, a figura do

inversor privado ditou as regras concernentes ao uso do solo, que teve seus reflexos imediatos na qualidade arquitetônica e urbana obtida. Em Barcelona, a excessiva valorização dos imóveis comprometeu a vitalidade do bairro e a ocupação inicialmente prevista.

A maior parte da Arquitetura hoje é mera submissão. Não apenas aquela Arquitetura chamada comercial, que, com absoluta falta de imaginação, perpetua os estereótipos aceitos pelas forças estabelecidas. Igualmente submissa é aquela Arquitetura que nunca propõe romper, ridicularizar ou testar as regras do jogo. Representa nada mais que a complacência submissa em nome do bom gosto, refinamento, cultura e memória histórica. Nenhuma contradição, nenhuma negação. Ao contrário, uma aparência de harmonia, uma gratificação hedonista e uma intensa contribuição para a vitalidade contínua das forças do poder.¹⁴

Mais do que o fácil e imediato reconhecimento dos *monumentos* de Rossi e das estruturas urbanas históricas pré-industriais - mediações formais, quase literais, da história a ser narrada -, uma *Arquitetura de resistência* deveria, segundo Solà-Morales, desviar-se dos mecanismos de *submissão*, propondo uma Arquitetura que contemplasse simultaneamente os valores da memória, da ausência e da inovação. *Mutações* e *terrain vague* são conceitos esclarecedores, nesse sentido.

¹⁴ SOLÀ-MORALES, Ignasi. Colonization, Violence, Resistance. In: DAVIDSON, Cynthia (ed.). *Anyway*, Cambridge: MIT Press, 1994, p. 122-123.

Mutações – a forma da moção

¹⁵ SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades*. Catálogo do XIX Congresso da UIA, Barcelona, 1996, p. 14.

O processo urbano levado a cabo na reunificação de Berlim situa-se na categoria de *mutação*, estabelecida na UIA de 1996. Quando mudanças súbitas - que não se encaixam dentro de uma lógica evolucionista e organicista de transformação, senão que configuram um movimento casual e aleatório - provocam uma ruptura nos mecanismos naturais de crescimento, diz-se que ocorreu uma *mutação*. Em Arquitetura, semelhantes processos ressentem-se da falta de uma aproximação crítica e de uma resposta mais comprometida com a força desses episódios.

Em geral, frente a estes fenômenos, o pensamento crítico arquitetônico o primeiro que faz é reclamar coerência, harmonia e equilíbrio entre esta explosão mutativa, e o já construído: o entorno natural, a história ou qualquer outra mediação externa ao fenômeno mutacional em si. [...] Resulta preocupante como frente a acontecimentos de tal magnitude inovadora a disciplina arquitetônica e as exigências do mercado e as políticas acabam, quase sempre, lançando mão de formas absolutamente banais e historicamente obsoletas, cujas limitadas inovações serão, no futuro, causa de múltiplos e gravíssimos problemas.¹⁵

Potsdamer Platz foi um caso em que a *mutação* foi negada em seus edifícios e espaços urbanos. O diagnóstico de Rem Koolhaas foi preciso a este respeito. Os mecanismos de projeto, tomados quase todos em favor da história, deram margem a uma arquitetura de *submissão*.

Uma arquitetura de *resistência* deveria assumir o forte potencial urbano e a energia centrífuga das *mutações*. A *mutação*, tomada como problema contemporâneo para a Arquitetura, seria um processo no qual distintas formas

deveriam ser pensadas, desde a sua ideia particular e atípica de mudança. A adoção de morfologias abertas e interativas, e o entendimento dos movimentos e das diversas forças que atuam na metrópole contemporânea são fatores que poderiam levar a uma arquitetura acorde com esses processos singulares.

Terrain vague - a forma da ausência

*Estou certo de que o “fragmentado” ou “quebrado” finca suas raízes mais profundamente na memória que o “completo”. O “quebrado” tem uma superfície como que rugosa à qual nossa memória pode se agarrar. Na superfície lisa do “completo” a memória resvala. Em certo sentido, uma cidade se define por seu impacto latente na memória das pessoas. Tudo que é um pouco mórbido causa, naturalmente, um impacto latente na memória.*¹⁶

Da mesma forma que a fotografia e o cinema oferecem olhares diferenciados e sugestivas visões da paisagem urbana, também a Arquitetura deveria oferecer respostas condizentes com a multiplicidade de realidades que compõem o quadro urbano contemporâneo.

Baseando-se nas ideias de Massimo Cacciari, Ignasi de Solà-Morales (1995a) entende a questão do *habitar* heideggeriano desde a ótica da *ausência*, distinta daquela interpretação fenomenológica mais imediata, utilizada por Kenneth Frampton e Christian Norberg-Schulz, claramente afastada de maiores considerações sobre a crise contemporânea. A leitura que Solà-Morales faz de Heidegger, via Cacciari, é justamente oposta. O habitar na metrópole é diversificado, mais relacionado à ausência do que à presença. Somente a experiência da ausência é que pode mais fielmente caracterizar o contorno do homem metropolitano. Subentende-se, neste enfoque, a multiplicidade e a fragmentação com que a experiência metropolitana se nos apresenta. O conceito de *terrain vague* esboçado por Solà-Morales configura uma atitude de projeto, na qual a questão da *ausência*, e seu lugar no *continuum* espaço-temporal, são contemplados.

*Vague descende de vacuus, que quer dizer “vazio, desocupado” e também “livre, disponível, indefinido”. A relação entre a ausência de uso, de atividade, e o senso de liberdade, de expectativa, é fundamental para entender o potencial evocativo dos terrain vague da cidade. Lacuna, ausência, mas também promessa, o espaço do possível, da expectativa.*¹⁷

A ideia da arquitetura e do urbano sempre esteve relacionada à imposição de ordem e de limites, e a criação de suas formas esteve constantemente relacionada a uma identidade particular, ou a códigos de entendimento universais. Resulta bastante difícil a apreensão desses espaços sob mecanismos convencionais de projeto. Apenas sob a ideia de *continuidade* é que o potencial desses espaços pode ser tratado pela arquitetura das cidades.

Como a Arquitetura pode atuar no terrain vague sem se tornar um agressivo instrumento de poder e da razão abstrata? Indiscutivelmente, através da atenção à continuidade: não a continuidade da cidade planejada

¹⁶ WENDERS, Win; Kollhoff, Hans. Entrevista. *Espaços e Debates*, n. 38, 1994, p. 89.

¹⁷ SOLÀ-MORALES, Ignasi. *Terrain Vague*. In: DAVIDSON, Cynthia (ed.). *Anyplace*, Cambridge: MIT Press, 1995c, p. 119-120.

*e eficiente, mas a continuidade dos fluxos, das energias, dos ritmos estabelecidos pela passagem do tempo e pela perda de limites. [...] Devemos tratar a cidade residual com uma cumplicidade contraditória que não destrua os elementos que mantém sua continuidade no tempo e no espaço.*¹⁸

Tanto o conjunto da Potsdamer Platz, como a intervenção em Friedrichstrasse podem ser entendidos como modelos de cidade ordenada, regulada, cujos espaços projetados negaram o valor evocativo dos *terrain vague*. Na Vila Olímpica, em menor escala, também o potencial dessas estruturas não foi utilizado para fornecer uma *continuidade* maior do que aquela apenas esboçada em termos formais. A ideia de fragmento, de ruptura e do inacabado, tão presente nas obras do cinema, foi suplantada pelo espírito absolutamente destrutivo, colonizador da Arquitetura.

Segundo Solà-Morales, os *lugares* da Arquitetura do final do século 20 não poderiam mais ser enquadrados como *permanências*, como um elemento desafiador do tempo, no sentido da *firmitas* vitruviana. Resta à Arquitetura mediatizar o caos da realidade metropolitana, suas *mutações*, *terrain vague* e demais manifestações espaciais, para encontrar os mecanismos de produção desses novos lugares, mais bem relacionados à concepção deleuziana de *acontecimento*. O *lugar* contemporâneo, da cidade no limiar do século 21, é um *acontecimento* produzido, a cada momento, na interseção de múltiplos caminhos, “um ponto de intensidade própria no caos universal de nossa civilização metropolitana.” (SOLÀ-MORALES, 1995c, p. 125)

¹⁸ Id., p. 123.

Território e paisagem

Território é, na concepção de Ignasi de Solà-Morales (2001a), “uma rede conceitual genérica” e “um conceito preliminar a qualquer definição mais precisa”, que o autor adota para enquadrar a multiplicidade de enfoques que hoje podem ser atribuídos tanto à Arquitetura quanto à cidade. Atestada a insuficiência da Arquitetura em responder à totalidade do fenômeno urbano, e ciente das inúmeras disciplinas que trabalham a cidade a partir de distintas aproximações conceituais, a ideia de *território* aponta para a possibilidade de cruzamento de visões advindas não só da Arquitetura, como também da Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia e Artes Plásticas. O urbano “como um dado específico e característico da situação atual” constitui o amplo marco teórico que permite a interlocução entre esses vários conhecimentos.

No âmbito da Arquitetura, também é possível vislumbrar mecanismos que estabelecem novas abordagens em relação ao fenômeno metropolitano. Segundo o autor, desde os objetos singulares de arquitetos como Norman Foster, Jean Nouvel, Toyo Ito, passando pela interpretação da cidade como topografia e lugar, que fazem Rafael Moneo, Enric Miralles e Herzog & de Meuron, entre outros, até os projetos urbanos de Peter Eisenman, existe uma nova maneira de entender o urbano, muito distinta daquela ancorada na lógica do contextual. Também as noções de “bigness”, “genérico” e os gestos figurativos pouco convencionais do escritório OMA (Office for Metropolitan Architecture) conferem uma obsolescência imediata a essa prática anterior.

¹⁹ SOLÀ-MORALES, Ignasi.. *Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades*. Catálogo do XIX Congresso da UIA, Barcelona, 1996, p. 23.

O conceito de *paisagem* (SOLÀ-MORALES, 2001b), por sua vez, caracteriza uma situação de ausência de limites preestabelecidos, ao mesmo tempo em que se estabelece uma delimitação subjetiva, segundo o olhar de cada indivíduo. Caracteriza também uma superfície em que são dados a conhecer os elementos que nos rodeiam, proporcionando uma experiência de reconhecimento. A estes aspectos, soma-se também a característica da paisagem, natural ou urbana, de incorporar, em seu espaço, as noções de *tempo* e *movimento*.

Para o autor, já não é mais possível ter uma apreensão objetiva, estável, da cidade contemporânea, tal como a legibilidade da cidade decimonônica, com sua clara ordenação de traçados e estruturas (ruas, praças, avenidas). Tampouco a cidade do Movimento Moderno prescindia de uma definição preestabelecida de sua estrutura e zonificações. Ambas os modelos estiveram pautados em formas predeterminadas pelo planejamento e desenho urbano.

A noção de paisagem, por um lado, confirma essa hipótese da impossibilidade de um planejamento prévio e, por outro, dá margem à incorporação das inúmeras variantes – construção/ destruição; crescimento/ renovação; mutação/obsolescência – que fazem parte da lógica de produção da metrópole contemporânea. Trata-se, sobretudo, de uma apreensão fragmentária, subjetiva e cambiante de diversas experiências, impossíveis de serem compreendidas pela ótica formal, aqui entendida como permanência e estabilidade.

Se a suposta crise do Urbanismo contextualista, com suas *fissuras* e contradições, encontrou, nos conceitos de resistência, mutações e *terrain vague*, as contradições patentes das teorias e práticas efetuadas em nome de um urbanismo contextualista, os conceitos de território e paisagem vêm apenas confirmar a existência dessa crise. *Território e paisagem* constituem marcos espaciais que incorporam as inúmeras maneiras com que a experiência da metrópole pode ser aproximada. Não há mais critérios fixos. A falsa identidade histórica do contextualismo caminha lado a lado com a regularidade, eficácia e ordem universal do Urbanismo moderno. Somente a partir de um marco conceitual amplo, múltiplo é que se faz possível intervir na metrópole contemporânea. Como tão bem advertiu Ignasi de Solà-Morales:

*Somente uma atenção igual tanto aos valores da inovação como aos valores da memória e da ausência será capaz de manter viva a confiança em uma vida urbana complexa e plural. O papel da arte, escreveu Deleuze, também da arte da Arquitetura “não é o de produzir objetos para si mesmos, autorreferenciais, senão o de constituir-se em força reveladora da multiplicidade e da contingência”.*¹⁹

REFERÊNCIAS

- BOHIGAS, Oriol. Una nueva Barcelona. Reflexiones sobre los ultimos diez años. *A&V Monografias*, n. 37, p. 6-11, 1992.
- BRONSTEIN, Laís. *Fragmentos de uma crítica. Revisando a IBA de Berlim*. 2002. Tese (Doutorado) - Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona, 2002.
- FRAMPTON, Kenneth. *Historia crítica de la arquitectura moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1994. 400p.

- HOFFMANN-AXTHELM, Dieter. Un caso extremo de crisis urbana. *A&V Monografias*, n. 50, p. 4-9, 1994.
- KOOLHAAS, Rem. Berlin: the Massacre of Ideas - An open letter to the jury of Potsdamer Platz. Carta publicada no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, em 16/10/1991 e reproduzida em: VVAA. *Politics-Poetics Documenta X - The Book*. Kassel: Cantz, p. 694-695, 1997. Catálogo da Exposição.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975. 263 p.
- LAMPUGNANI, Vittorio Magnago. Una nueva simplicidad. *A&V Monografias*, n. 50, p. 100-103, 1994.
- LIBESKIND, Daniel. Deconstructing the Call to Order. In: BALFOUR, Alan. *Berlin. World Cities*. Londres: Academy Editions, p. 34-37, 1995.
- MONTANER, Josep Maria. El Modelo Barcelona. *Geometria*, n. 10, p. 2-19, 1990. .
- _____. *Después del Movimiento Moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993. 271p.
- SCHULTES, Axel. Berlin-The Belated Capital. In: BALFOUR, Alan. *Berlin. World Cities*. Londres: Academy Editions, p. 38-47, 1995.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi. Colonization, Violence, Resistance. In: DAVIDSON, Cynthia (ed.). *Anyway*, Cambridge: MIT Press, p. 119-123, 1994.
- _____. Arquitectura Débil. In: *Diferencias*. Topografía de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: GG, p. 63-82, 1995a.
- _____. Lugar. Permanência o producción. In: *Diferencias. Topografía de la Arquitectura Contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, p. 109-125, 1995b.
- _____. Terrain Vague. In: DAVIDSON, Cynthia (ed.). *Anyplace*, Cambridge: MIT Press, p. 118-123, 1995c.
- _____. *Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades*. Catálogo do XIX Congresso da UIA, Barcelona, p. 10-23, 1996.
- _____. Ignasi. Territori. *Lotus*, n. 110, p. 46-49, 2001a.
- _____. Ignasi. Paisajes. *Annals*, n. 07, julho, p. 1-4, 2001b.
- STIMMANN, Hans. Urban design and architecture after the wall. In: BALFOUR, Alan. *Berlin. World Cities*. Londres: Academy Editions, p. 48-53, 1995.
- VIDLER, Anthony. The Third Typology. *Oppositions*, n.7, p. 1-4, 1976.
- WENDERS, Win; Kollhoff, Hans. Entrevista. *Espaços e Debates*, n. 38, p.83-91, 1994.

Nota do Editor

Data de submissão: novembro 2011

Aprovação: maio 2012

Laís Bronstein

Arquiteta FAU-UFRJ, mestre FAUUSP, doutora em Teoria e História da Arquitetura. ETSAB-UPC. Professora do Proarq/FAU-UFRJ.

Av. Rui Barbosa, 60/2101 - Flamengo

22250-020 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

(21) 8177 7812

laisbronstein@hotmail.com